

Intervenção Federal no Rio de Janeiro: A Memória Social como Influência nas Narrativas e as Relações Públicas como Resistência¹

Bárbara Perrupato Duarte
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo / SP

Resumo

O trabalho analisa a memória social como elemento influenciador das narrativas e o papel das relações públicas como resistência àquela proposta pela grande mídia. O contexto da intervenção federal no Rio de Janeiro foi apresentado na mídia e também discutido em espaços alternativos dos cidadãos, quando a memória social acerca de períodos autoritários veio à tona. Essa proposta permite discutir possibilidades sobre as relações públicas como ativismo e resistência a fenômenos como o silenciamento das memórias.

Palavras-chave

Relações Públicas; Memória Social; Ativismo; Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

Introdução

Os seres humanos constroem a sua identidade junto à sua história, e o processo de sua narração permite o desenvolvimento de culturas e hábitos, tornando-se assim não só um processo individual e pessoal, mas também social, transformador.

Jeanne Marie Gagnebin (2012) afirma que “quem não se lembra de sua história, não sabe mais quem é” e, portanto, a identidade é mutável de acordo com a narração da história, sendo a identidade a narrativa de si mesmo, a memória humana é atrelada à linguagem.

Diante disso, o tema deste estudo é a memória social como elemento influenciador das narrativas e o papel das relações públicas e do ativismo como resistência à narrativa proposta pela grande mídia. Compreende-se que a mídia faz uso de estratégias para evocar lembranças e que, de igual forma, há, por parte dos cidadãos e sociedade civil organizada, estratégias narrativas contra-hegemônicas fundamentais para a democracia.

Considerar-se-á que há nesse processo um conflito que leva à disputa de sentidos entre representações hegemônicas por parte da grande mídia e, por outro lado, propicia o surgimento de outros processos contra-hegemônicos de construção narrativa que, por meio de estratégias de relações públicas, apontam outras possibilidades de representação.

Acredita-se que essa proposta permite discutir possibilidades e indagações sobre as relações públicas como ativismo e resistência a fenômenos como o silenciamento das memórias, oferecendo oportunidade de se propor narrativas que desafiam as metanarrativas impostas pela grande mídia.

¹ Trabalho apresentado no Espaço Jovem Pesquisador, na categoria Trabalho de Conclusão de Curso (monografia), atividade integrante do XIII Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

Mídia, democracia e relações públicas: A importância da mídia na sociedade democrática e o papel transformador das relações públicas

O papel da imprensa dentro da sociedade é de grande relevância desde o seu surgimento, afirmam Iluska Coutinho e Allan Pereira (2015, p. 45), sendo considerada fundamentalmente uma instituição social, já que se tornou um espaço de caráter público, onde temas de dimensão coletiva são abordados constantemente.

O ponto crítico seria o papel da informação dentro dessa perspectiva. Segundo Coutinho e Pereira (2015, p. 47), esse cenário repercute a informação em diferentes âmbitos e relações sociais, que, conseqüentemente, em relações de poder, exerce influência cultural, ideológica ou de outros caracteres na comunidade. Assim, deve-se levar em conta a informação como função essencial do processo de democracia.

Para Ana Maria Teixeira (2014, p. 74), é preciso refletir sobre o quão democrático é o acesso que a população tem à informação, e o quanto a opinião pública pode ser percebida como um objeto político, considerando que, numa sociedade democrática, ela representa o eleitorado e adquire um caráter relevante.

No mesmo contexto, o comunicólogo Luís Mauro Martino afirma que “comunicar não é apenas trocar informações. É a possibilidade de agir, interferir na ação e modificar atitudes em diferentes escalas na busca pelo entendimento” (MARTINO, 2014, p. 61).

Unindo as ideias de Teixeira e Martino, é possível dizer que o acesso democrático à informação é transformador, bem como sua restrição pode se tornar perigosa no que diz respeito às ações civis e sociais dos indivíduos.

Alguns autores defenderão a responsabilidade social da informação, acreditando no seu potencial de formação cultural e identitária. Os meios públicos garantem a cidadania da informação, contribuindo para a formação cívica e social dos cidadãos, desenvolvendo uma consciência crítica coletiva. (RODRIGUEZ; VILLANUEVA, 2010, *apud* COUTINHO e PEREIRA; 2015, p. 50)

Coutinho e Pereira também trarão em suas análises o processo funcional das comunicações e a possibilidade de moldagem da qualidade de vida dos públicos. Essa abordagem tem importância ao se compreender os efeitos sociais das narrativas das mídias.

A veiculação do assunto na mídia vem revestida de processos que podem possibilitar o desenvolvimento humano, a qualidade de vida das pessoas e influenciar a organização do poder. [...] nenhuma palavra é inocente, e a mídia atua como porta-voz, o representante da sociedade, ao falar e agir em nome do grupo a que também se dirige. (COUTINHO e PEREIRA, 2015, p. 48)

A afirmação é pertinente considerando que existe uma influência do ambiente na formação da identidade de cada indivíduo. Ao ter como base que a mídia é um meio bastante presente na vida humana, é possível afirmar que existe uma grande relevância do conteúdo transmitido na maneira como um coletivo e seus indivíduos se desenvolvem, relacionando-se diretamente com o conceito de *agenda-setting*.

A principal ideia por trás da teoria é de “que os meios de comunicação determinam os assuntos discutidos pelas pessoas” (MARTINO, 2014, p. 207). Segundo Teixeira, seria o surgimento de debates por parte do público de acordo com a veiculação de informações da mídia, “já que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos destacados na imprensa” (TEIXEIRA, 2014, p. 75).

Assim, entende-se que a veiculação de notícias na mídia exerce grande influência nos debates cotidianos na sociedade na qual está inserida e, portanto, pode haver uma expressiva interferência no desenvolvimento de sua memória coletiva, identidade e outros fatores.

No que diz respeito às relações públicas, nota-se que os estudos acadêmicos da área focam em demasia nas funções operacionais e no âmbito corporativo do campo, conforme argumenta a pesquisadora Else Lemos (2017) e considera-se que há pouca bibliografia nacional sobre a abordagem das relações públicas em outros contextos. Roberto Vieira (2002, p. 13) debate a necessidade de reflexão teórica na esfera das relações públicas, considerando essencial dentro de um contexto de grandes mudanças sociais.

Ao defender as relações públicas no plano social, o autor discorre sobre a busca da área pela mudança de organização das relações de trabalho, minimizando diferenças sociais, transformando a própria sociedade (VIEIRA, 2002, p. 20).

Para a pesquisadora sul-africana Derina Holtzhausen, o papel do relações-públicas é transformador e distante daquele abordado na literatura técnica. Segunda ela, é preciso reconhecer que “não há espaço para neutralidade ou objetividade. Quando nos alinhamos com o outro, precisamos entender que isso é sempre sobre poder e poder é sempre político” (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 208, tradução nossa).

Na visão de Márcio Henriques (2010, *apud* GARCEZ, 2017, p. 173), a complexidade da dinâmica dos públicos pode ser entendida a partir da compreensão deles como atores sociais, com poder de agência e capacidade de influência tão relevantes quanto suas vulnerabilidades como massa.

Quando se fala em atores sociais e poder de influência, logo se pensa no poder da linguagem e do discurso propagado por eles, assim como no caminho oposto. Essa simetria é trazida por Lemos (2017, p. 120) no que diz respeito à discussão do “poder da linguagem e das

manifestações discursivas de relações públicas, da(s) história(s) e dos contextos socioculturais para a construção, reconstrução e desconstrução de significados e identidades”.

Para entendermos a mobilização dos públicos e onde as relações públicas entrariam com ativismo e resistência, é necessário trazer o olhar de Henriques (2010, *apud* GARCEZ, 2017, p. 173), que acredita que cada conjunto de indivíduos se comporta de uma maneira, variando em intensidade a propagação de informações.

Os públicos buscam não somente se aproveitar de possibilidades de dar visibilidade a si e às suas questões, como também são criadores de suas próprias condições de publicidade. [...] ao mesmo tempo em que se movimentam para expor algum tipo de consenso (entre seus membros e na sociedade) também o fazem para expor um dissenso (posicionando-se numa controvérsia). (HENRIQUES, 2010, *apud* GARCEZ, 2017, p. 122)

Nesse ponto, Holtzhausen (2012, p. 228) afirma que “o dissenso não transcende o poder das relações, mas intervém e possibilita transformações”. Dessa forma, é possível compreender o início de uma ligação entre a movimentação dos públicos e o trabalho de relações públicas, principalmente no que diz respeito às relações de poder.

A autora afirma que não seria possível resumir o significado de Relações Públicas como ativismo: “deveria e precisa resistir a qualquer tentativa de quantificação ou teste empírico da prática como intuito de reduzi-la a uma construção única e mensurável” (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 211, tradução nossa).

Considerando a construção social da identidade e da memória social, bem como de diversos outros aspectos psicológicos, entende-se que as narrativas individuais e coletivas sejam de grande relevância emocional, já que expressam aquilo que um coletivo é e deseja alcançar.

Assim, tem-se na linguagem como um todo uma ferramenta de grande poder. Holtzhausen defende que ela seja a ferramenta mais poderosa de resistência, já que conota um local de libertação de restrições impostas pela sociedade. (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 229).

O papel ativista do profissional é “desafiar as imposições de absoluta verdade e resistir tornando-se a ferramenta pela qual a verdade é fixada”. (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 235)

Memória social e narrativas: as relações entre história, identidade e memória

Ao longo da formação do indivíduo humano, diversos fatores internos e externos exercem influência sobre o desenvolvimento de sua personalidade e história.

No recorte contemporâneo, entende-se que as relações humanas acontecem e se desenvolvem em diversas plataformas, virtuais ou não, e a interação do indivíduo com essas realidades torna-se, então, essencial na sua formação pessoal e social.

No cenário brasileiro, é importante ressaltar as características sociodemográficas complexas e particulares, principalmente a história nacional, o início recente da alfabetização da população e seus baixos índices gerais, bem como a restrição dos hábitos de leitura e o acesso restrito ao conhecimento em detrimento das condições econômicas tão divergentes dentre a população.

E então deve-se frisar que, embora a formação do indivíduo, seus comportamentos, crenças e tradições se tratem de memórias individuais, elas foram construídas com base nas dimensões coletivas e comunitárias, “na fronteira de ser do indivíduo e de sua cultura” (MAUAD e DUMAS, 2011, p. 85).

Ao entender a memória como uma função psíquica que atribui poder social aos indivíduos, garantindo sua percepção individual perante o seu ambiente familiar, territorial e social, e que, assim, pode exercer influência nos seus atos sociais, compreende-se que ela é parte fundamental da identidade humana.

O historiador Fernando Catroga traz um argumento relevante relacionando a memória ao poder e discorrendo sobre o perigo do esquecimento dentro de um coletivo:

Se a memória é instância construtora e cimentadora de identidades, a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder mediante a seleção do que se recorda e do que se silencia e, quanto maior é a sua circunscrição nacional, mais se corre o risco de o esquecido ser a consequência lógica da invenção de memórias. (CATROGA, 2015, p. 74)

A afirmação de Catroga é interessante, já que traz o risco do silenciamento e esquecimento de fatos, principalmente em um ambiente coletivo. O mapeamento desse risco torna-se importante na medida em que se fala sobre mídia e a influência de narrativas.

Assim, as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos são essenciais na construção da memória, bem como o caminho inverso. A interpretação individual do passado tem grande influência na forma de posicionamento no presente, definindo não apenas as relações intragrupos como intergrupos (CABECINHAS e LIMA, 2006, p. 69).

Quando a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (2012) é entrevistada sobre história e identidade, afirma acreditar que a história do ambiente em que a pessoa está inserida também impacta na sua identidade e na narração de sua história e da história local. Isso se dá porque a memória humana é atrelada à linguagem, o ser humano começa a construir suas memórias apenas após o aprendizado linguístico.

Dessa forma, a memória e a identidade têm significativa influência sobre as atitudes cidadãos dos indivíduos, que, por terem se desenvolvido individual e coletivamente, podem ser ativistas em relação aos seus direitos. Esses argumentos são fundamentais para entender as relações públicas como ativismo e resistência.

Conforme dito anteriormente, é fundamental ressaltar a visão de que, assim como as relações indivíduo-coletivo são importantes para os seus respectivos desenvolvimentos, os processos comunicativos midiáticos também cooperam na construção de percepção de mundo desses indivíduos e seus coletivos.

Considerando esse cenário complexo e interligado, pressupõe-se a contextualização do conceito de narrativas, para entendimento das conexões propostas entre mídia, relações públicas, narrativas e memória social.

A narrativa está muitas vezes ligada à identidade, à memória, à história e à comunicação de um indivíduo. Se pensarmos em uma sociedade, é possível dizer que a sua narrativa seguirá o mesmo padrão, estará conectada à identidade, à memória, à história e à comunicação do respectivo coletivo, construindo uma narrativa representativa daquele todo.

Em alusão ao filósofo Paul Ricœur (*apud* REIS, 2010, p. 80), é possível dizer que o tempo se torna tempo humano na medida em que é articulado de maneira narrativa. A narrativa é significativa na medida em que ela desenha os traços da experiência temporal.

Na opinião de Ana Maria Mauad e Fernando Dumas (2011, p. 85), está intrinsecamente ligada à memória, já que “a narrativa envolve a escuta, os argumentos e as memórias, pois é nela que se define a relação entre a escrita da história ou a narrativa historiográfica e a construção da memória social através da narrativa biográfica”.

A pesquisadora Carla Campos (2012, p.60) afirma que as narrativas estão fortemente demarcadas em nossa cultura, podendo ser consideradas fundamentais no desenvolvimento de percepção do ambiente em que os indivíduos estão inseridos. Pode-se dizer, então, que as narrativas têm papel similar ao da memória social sobre o indivíduo, assim como a linguagem, como defendido por Gagnebin anteriormente.

A autora afirma ainda que há nas narrativas midiáticas a redução da informação transmitida pelas notícias: “o público pode ser informado de um modo que é facilmente compreensível, mas também lhe é negado, rotineiramente, acesso às complexidades que gera muitos eventos noticiados” (CAMPOS, 2012, p. 63).

A mensagem transmitida pela mídia é bastante relevante, principalmente ao considerar a era digital presente e a conseqüente difusão massificada de informações transmitidas simultaneamente, bem como o cenário brasileiro e a grande penetração da mídia na vida de sua população. Tendo isso dito, acredita-se no poder de influência do discurso midiático sobre a agenda pública e também na construção da identidade coletiva e individual de seus públicos.

Narrativas e ativismo: reflexões sobre a memória sobre ditadura e autoritarismo no Brasil

A disputa de sentidos entre representações hegemônicas por parte da grande mídia no ambiente narrativo propicia o surgimento de outros processos de construção narrativa contra-hegemônicos que, por meio de estratégias de relações públicas, apontam outras possibilidades de representação.

Ao analisar o recorte brasileiro, elegeu-se um contexto próximo: a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, deflagrada em fevereiro de 2018. O motivo da escolha desse cenário deve-se ao fato de ter uma grande abrangência nacional. Além disso, entende-se que há forte relação do fato presente com acontecimentos passados, como outras intervenções já ocorridas, períodos de autoritarismo e, sobretudo, com o período da Ditadura Militar (1964-1985).

Durante toda a história do Brasil, inúmeros governos já foram instaurados, sendo que diversos momentos de autoritarismo fazem parte de sua história e identidade.

De 1937 a 1945, o Brasil viveu o período chamado de Estado Novo, Governo Ditatorial sob o comando de Getúlio Vargas. Foi nesse cenário que se deu a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para controlar os meios de comunicação em massa, impondo a censura e fazendo a propaganda do regime em programas midiáticos.

Já em 1964, os militares iniciam o período da Ditadura Militar, que durou 21 anos, tendo fim durante a abertura democrática gradual em 1985. O período foi caracterizado por ações violentas do governo para com a população, instaurando uma onda de medo e controle. O regime político foi marcado pela repressão midiática e pessoal.

A pesquisadora Marionilde Magalhães (1997, p. 3) defende o sistema repressivo como método de combate à subversão, a tudo aquilo que fosse considerado fora da ordem instaurada pelo regime. Sistema esse composto por interrogatórios, perseguições, tortura e censura.

No contexto atual, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) determina que uma intervenção federal permite que a União interfira nos Estados, excepcionalmente, em casos emergenciais. Pela primeira vez desde a redemocratização brasileira, o poder foi utilizado. Com início em fevereiro de 2018, o decreto promulgado pelo Presidente Michel Temer autorizou a União a intervir no âmbito da Segurança Pública no Rio de Janeiro.

Com base nesse cenário, entende-se que a Intervenção Federal com ações militares no Rio de Janeiro traga consigo o estigma do autoritarismo e do uso de poder do governo perante a população.

Acredita-se que o caráter de violência vivenciado pela população em conjunto às lembranças de horror de períodos autoritários, à imagem e ao significado de uma intervenção liderada por um oficial militar representem uma problemática, principalmente à comunidade que vive no ambiente afetado.

Assim como, essas imagens são difundidas diariamente pelos sistemas de radiodifusão hegemônicos, e considerando sua penetrabilidade, entende-se que os públicos são atingidos diariamente por essas narrativas de violência, trazem lembranças de uma época repressiva.

Desde seu decreto, a sociedade local se mobilizou em diversos âmbitos, principalmente na comunicação dos ocorridos, devido à homogeneidade das mídias tradicionais.

Intervenção Federal no Rio de Janeiro e conexões com a memória social sobre ditadura e autoritarismo no Brasil

Representando a grande mídia e as narrativas hegemônicas, optou-se pela análise do portal G1, do Grupo Globo, de fevereiro a setembro de 2018. Para avaliar a disputa de sentidos e a construção narrativa contra-hegemônica, identificou-se o Voz das Comunidades, uma iniciativa iniciada em 2005 formada para informar sobre a realidade do Morro do Adeus aos seus moradores.

A análise de conteúdo baseou-se em um recorte de fevereiro a setembro de 2018, utilizando as palavras-chave ‘intervenção no Rio’ e ‘intervenção militar’ para identificar o conteúdo, dando origem a uma comparação que sustenta a discussão final.

No que se refere à presença do tema em ambas as mídias, durante o período do recorte, o jornal Voz das Comunidades apresentou apenas quatro matérias relacionadas à intervenção Federal, enquanto que o portal G1 apresentou em torno de 75 matérias que citassem a medida, número 18 vezes maior que o da mídia contra-hegemônica.

Narrativas e democracia: análise de fatos que marcaram a Intervenção Federal no Rio de Janeiro

O portal ativista se denomina “Voz Das Comunidades: Somos um veículo de comunicação das favelas, para as favelas” e afirma que surgiu em 2005, “época em que a mídia tradicional nem se quer mencionava o que existe de bom nas favelas e os verdadeiros problemas sociais que os moradores enfrentam no dia-a-dia, [...] pra mostrar tudo o que acontecia na comunidade” (SILVA, 2016).

Aqui, é possível dizer que todo o histórico de esquecimento e falta de representatividade no discurso midiático impulsionou essa iniciativa. Deve-se resgatar nesse momento o que o

historiador Fernando Catroga (2015, p. 74) diz sobre o silenciamento, ao afirmar que quanto maior a sua difusão nacional, “mais se corre o risco de o esquecido ser a consequência da fabricação de memórias”.

Além disso, torna-se importante também relembrar os apontamentos de Cabecinhas e Lima (2006, p. 73) sobre o poder de controle social da memória, ou seja, aquilo que aparece com mais frequência será lembrado pelo coletivo, o resto, esquecido.

Trazendo ambos os apontamentos à realidade de violência, mas também cultura e vida em sociedade das comunidades cariocas, é possível traçar a crítica de que há um combate da mídia contra-hegemônica contra o esquecimento das outras realidades ali vividas e da perpetuação da imagem de violência devido ao retrato pintado pela mídia tradicional.

Na comemoração de 10 anos do jornal Voz das Comunidades, foi feito um manifesto, transcrito a seguir:

Surgimos para mostrar o que a grande mídia não mostrava. [...] Se a realidade fosse outra, a violência nunca seria nossa pauta. Não queremos e nem temos a intenção de usar a dor das pessoas para ganhar atenção da população. A insegurança e a violência fazem parte do nosso cotidiano e como um veículo livre, mostramos os fatos e denunciemos os absurdos que acontecem diante dos nossos olhos. Mas, sempre com responsabilidade, pois temos consciência da influência.” (SILVA, 2015)

No trecho destacado, é possível perceber a motivação de falar em nome da comunidade e de ter um canal de comunicação que representasse a realidade do cotidiano local. Ser representado na mídia e não ser invisível é uma necessidade das minorias e o Voz das Comunidades pôde trazer isso ao Rio de Janeiro.

O discurso principal que move a narrativa contra-hegemônica é falar daquilo que a grande mídia não vê e não informa, das ações não violentas que ocorrem nas comunidades, dos moradores e suas notícias.

Novamente, traz-se o ativismo em afirmar e reafirmar a identidade particular daquele coletivo, dando voz às minorias e trazendo uma narrativa mais condizente com a realidade vivida pela comunidade. Afinal, entende-se que a grande mídia veicula apenas o que é “relevante” sobre a periferia, a violência.

No viés da narrativa hegemônica, o Grupo Globo publicou no portal G1 seus princípios editoriais, considerados aqui propícios para trazer a contrapartida: “Cada veículo tem um público-alvo e deve agir de acordo com as características dele, adaptando a elas pauta, linguagem e formato. Para o Grupo Globo, todo público tem um alto poder de discernimento e entendimento. [...] só se divulga informação relevante”. (GRUPO GLOBO, 2011)

Aqui, é possível perceber uma formalidade maior na descrição dos princípios editoriais, bem como uma abrangência de públicos sem muita distinção ou foco, embora se fale em um público-alvo diverso para cada veículo e conseqüente adaptação de discurso.

A mídia reconhece os efeitos das informações divulgadas e da sua responsabilidade social sobre eles, mas ainda afirma que divulga apenas informação relevante, tendo como princípio de que todo ser humano é capaz de discernir aquilo que lhe é apresentado.

Ao ter como base que o G1 é um meio bastante presente na vida brasileira, é possível afirmar que existe uma grande relevância do conteúdo transmitido e na maneira como um coletivo e seus indivíduos são representados.

No que se refere à presença 18 vezes maior do tema na mídia hegemônica, pode-se levar em conta a equipe de produção e o tamanho das respectivas redações e capacidade de produção de matéria. Mas também, entende-se que, durante oito meses, um sem-número de pessoas foi impactado pelas narrativas hegemônicas, mais persistentes e recorrentes, em comparação à disseminação baixa e de pouca recorrência do jornal ativista.

Frisa-se também que grande parte das notícias veiculadas pelo canal G1 deu-se nos primeiros dias e no primeiro mês após o decreto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro, e acredita-se que essa periodicidade ajuda a criar um cenário de caos e violências aos seus públicos.

Dessa forma, é possível retomar o conceito de *agenda-setting*, trazendo um exemplo mais sólido com a análise anterior. Segundo às definições trazidas anteriormente, o processo é a inserção de temas determinados no imaginário coletivo por meio da influência dos discursos periódico sobre eles.

Com base nisso, é possível dizer que a frequência 18 vezes maior dos temas de violência nas narrativas do G1 pauta um debate público acerca do medo e dos crimes que constituem as comunidades cariocas. Na contramão, as narrativas do Voz das Comunidades minimizam o impacto da divulgação da Intervenção ao abordar outros assuntos, como reformar, feiras, eventos culturais, entre outros.

Notou-se também que em outras matérias encontradas durante o período selecionado, a mídia contra-hegemônica trouxe a palavra intervenção sete vezes, relacionando-a com cultura e arte, algo que não ocorreu com tanta frequência em um período anterior ao decreto – duas vezes de janeiro a dezembro de 2017.

Entende-se que as narrativas coletivas sejam de grande relevância emocional, já que expressam aquilo que um coletivo é, deseja e quer alcançar. Dessa forma, tem-se na linguagem como um todo uma ferramenta de grande poder (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 229).

Considerando o manifesto publicado em 2015 e a opinião de Holtzhausen, entende-se que seja possível o uso da palavra “intervenção” em um contexto cultural e diverso como contraposição ao discurso midiático hegemônico, uma forma de silenciamento das narrativas predominantes da grande mídia, trazendo um novo significado à palavra intervenção.

Como parte da análise, também foram selecionadas duas matérias sobre o mesmo tema para cada uma das mídias analisadas.

Sobre um acontecimento envolvendo denúncias de abusos durante a Intervenção, a mídia contra-hegemônica Voz das Comunidades publica *Defensoria Pública escuta denúncias de moradores do Alemão e Penha contra abusos da Intervenção*. Reportagem de apelo emocional, descreve a invasão de casas com o intuito de construir um imaginário de medo e desconforto, denunciando os abusos de poder.

A abordagem de dados sobre tiroteios e a detenção de jovens em suas casas ajuda a moldar uma narrativa focada em denúncias de violência, trazem uma relação íntima a momentos de autoritarismo, como a Ditadura Militar.

Finaliza-se a matéria com a impactante frase: “Parece 1964, mas essa história se passa no Rio de Janeiro, nos Conjuntos de Favelas dos Complexos do Alemão, Penha e Maré em 22 de agosto de 2018”.

Nesse ponto, a memória social é trazida de forma clara. A mídia contra-hegemônica relaciona os abusos sofridos nas comunidades com os abusos da era ditatorial no Brasil. A frase de impacto traz indignação, mas também denuncia de forma explícita o sentimento de medo presente nas comunidades, assunto não abordado pelas mídias tradicionais.

A mídia hegemônica G1 também divulga o assunto em *Defensoria apura denúncias contra militares do Exército durante operação no Complexo do Alemão*. Quando se fala nos relatos dos moradores, o canal utiliza o verbo “reclamar de agressões” em vez de “denúncias”, como utilizado na mídia contra-hegemônica. Apresenta-se em vários momentos a negativa das Forças Armadas às acusações, bem como a falta de comprovação.

De forma bastante diversa ao relato de Voz das Comunidades, o G1 aborda o tema de forma passageira e mais leve, sem trazer as perspectivas dos moradores. Os supostos abusos são listados e também aborda a resposta dos militares acerca das denúncias.

Sendo assim, é possível perceber a motivação por trás de Voz das Comunidades em falar em nome da comunidade e de ter um canal de comunicação que representasse a realidade do cotidiano local. Ser representado na mídia e não ser invisível é uma necessidade das minorias.

O discurso principal que move a narrativa contra-hegemônica é falar daquilo que a grande mídia não vê e não informa, das ações não violentas que ocorrem nas comunidades, dos

moradores e suas notícias. A violência é retratada, considerando a realidade em que as comunidades estão inseridas, mas o foco do jornal é informar com responsabilidade, considerando a influência que tem consciência de ter sobre o público-alvo de seus informes.

O papel do ativismo nesse cenário é afirmar e reafirmar a identidade particular daquele coletivo, dando voz às minorias e trazendo uma narrativa mais condizente com a realidade vivida pela comunidade.

No outro lado, percebe-se o silenciamento das minorias por parte do G1, com abordagens de caráter mais informativo e consultivo a órgãos públicos, sempre retratando a violência como uma realidade dura e inevitável na periferia.

A memória social de períodos autoritários no Brasil fez-se presente em diversas narrativas. Em alguns momentos de forma mais explícita, em outros de forma sutil. A memória social foi elemento influenciador das narrativas e compreende-se que a mídia fez uso de estratégias para evocar possíveis lembranças e que, de igual forma, há, por parte dos cidadãos e sociedade civil organizada, estratégias narrativas contra-hegemônicas fundamentais para a democracia.

Ao longo dessa análise, foi possível compreender que, independentemente do viés da mensagem, a democracia estava presente no cenário analisado. Em alguns momentos, julgou-se pertinente a abordagem mais enfática da percepção dos moradores das comunidades na mídia tradicional, priorizando a democracia e o lugar de fala. Entretanto, entende-se que as narrativas antagônicas não se anulam, mas representam percepções distintas sobre o mesmo tema, algo pertinente em uma sociedade democrática.

Narrativas da grande mídia *versus* narrativas do ativismo: uma análise sobre o papel das relações públicas na conquista de espaço na esfera pública

Como visto, o pesquisador Vieira (2002, p. 20) defende a mudança da área na busca pela minimização de diferenças sociais e transformação da sociedade, corroborando com a ideia de utilizar estratégias de relações públicas em outros âmbitos menos tradicionais. Para a pesquisadora sul-africana Derina Holtzhausen (2012, p. 208), o papel do profissional de relações públicas é transformador e distante daquele constantemente abordado na literatura técnica.

Tendo como base o cenário analisado, foi possível relacionar a criação e o desenvolvimento do Voz das Comunidades, bem como as narrativas construídas sobre a Intervenção Federal no Rio de Janeiro com ações de ativismo e resistência de relações públicas.

O discurso principal que move a narrativa contra-hegemônica de Voz das Comunidades é falar daquilo que não está presente no discurso da grande mídia. A violência é retratada,

considerando a realidade em que as comunidades estão inseridas, mas o foco da sua narrativa ativista é informar com responsabilidade, sempre consciente da influência que tem sobre o público-alvo de seus informes.

O coletivo traz o ativismo ao afirmar a identidade daquela comunidade, dando voz às minorias e trazendo uma narrativa mais condizente com a realidade vivida pela comunidade. Dessa forma, tem-se na linguagem uma ferramenta de grande poder. Holtzhausen defende que ela seja a ferramenta mais poderosa de resistência, já que conota um local de libertação de restrições impostas pela sociedade. Para a autora, “é impossível não fazer a diferença na condição discursiva” (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 229).

Relacionando mais diretamente às relações públicas, tem-se que pensar nesse poder discursivo para a construção e desconstrução de significados, ou seja, entende-se que o Voz das Comunidades se utilizou dessa estratégia de poder para ressignificar sua identidade perante uma narrativa massiva hegemônica de violência nas comunidades.

Um bom exemplo do uso da linguagem como ativismo foi o uso da palavra “intervenção” em um contexto cultural e diverso como contraposição ao discurso midiático hegemônico, uma forma de silenciamento das narrativas predominantes da grande mídia, trazendo um novo significado à palavra intervenção.

Entende-se que a todo o momento, o Voz das Comunidades fez uso dos recursos disponíveis – a linguagem e um canal de comunicação voltando à comunidade local – para combater metanarrativas propagadas com grande periodicidade pela mídia tradicional, caracterizando uma forma de resistência e ativismo.

Sendo assim, é possível perceber a motivação por trás de Voz das Comunidades em falar em nome da comunidade e de ter um canal de comunicação que representasse a realidade do cotidiano local. Ser representado na mídia e não ser invisível é uma necessidade das minorias.

Ao considerar que como ativistas, a ação deve ser principalmente local, já que a aproximação com a comunidade em questão é essencial para o desenvolvimento das atividades de resistência de relações públicas, o Voz das Comunidades se enquadra nessa descrição.

Neste âmbito, o coletivo é bastante atuante localmente e contribui de forma bastante impactante na vida dos moradores locais. O Voz é responsável por ofertar oportunidades de debate, ao promover rodas de conversa, oficinas, encontros culturais, seja no mundo digital, ao disponibilizar suas plataformas como locais de comunicação, envio de denúncias e debates sobre determinados temas.

Nesse cenário, finaliza-se com a opinião da autora sul-africana: o papel ativista das relações públicas é “desafiar as imposições de absoluta verdade e resistir tornando-se a ferramenta pela qual a verdade é fixada” (HOLTZHAUSEN, 2012, p. 235).

Acredita-se, por fim, que o Voz das Comunidades desafia e resiste diariamente à imposição das verdades absolutas sobre sua realidade propagadas pela mídia tradicional, seja por meio do discurso ativista de seu jornalismo, ou por meio das ações que desenvolve para se desenvolver como entidade e contribuir de forma agregadora e transformadora para a comunidade em que está inserido.

Considerações Finais

Essa proposta permitiu discutir possibilidades e indagações sobre as relações públicas como ativismo e resistência a fenômenos como o silenciamento das memórias, oferecendo oportunidade de se propor narrativas que desafiam as metanarrativas impostas pela grande mídia.

No âmbito das relações públicas, também foi possível compreender que movimentos sociais e mobilizações coletivas são a resistência e se utilizam de estratégias do campo para combater opressões, estabelecer relacionamentos e fortificar sua imagem no imaginário social, na mídia e na sociedade em que estão inseridos.

O estudo tratou de um contexto contemporâneo e estabeleceu correlações entre a memória social e sua influência nas narrativas, e vice-versa. Além disso, verificou de que forma as relações públicas podem estar vinculadas à promoção de um ambiente narrativo-discursivo mais democrático.

Dessa forma, foi possível, por fim, entender que em um ambiente de violência e opressões, as relações públicas têm um papel transformador, possibilitando o resgate digno e a resistência às metanarrativas presentes na mídia tradicional por parte de um coletivo ativista.

Entende-se aqui que as relações públicas têm importante papel no ativismo e resistência às narrativas hegemônicas, que, como visto, podem apresentar expressiva influência na vida social de um coletivo.

Conclui-se por fim que, considerando a sociedade atual que vive momentos disruptivos, é preciso sempre buscar novas percepções sobre as narrativas e teorias apresentadas, incluindo a tradicional bibliografia técnica de relações públicas. Há sempre espaço para novas descobertas.

Referências

- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CABECINHAS, R.; LIMA, M. Identidades Nacionais e memória social: hegemonia e polemica nas representações sociais da história. **Identidades Nacionais em Debate**, Oieras, Portugal, p. 67-92, 2006.
- CAMPOS, Carla L. O. **O processo de construção de narrativas midiáticas como marca de ideologia no discurso**: análise de histórias sobre criminalidade associada ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. UFMG, Belo Horizonte, 2012, 178 p.
- CANNABRAVA, Melissa. Defensoria Pública escuta denúncias de moradores do Alemão e Penha contra abusos da Intervenção. **Voz das Comunidades**, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/defensoria-publica-escuta-denuncias-de-moradores-do-alemao-e-penha-contrabusos-da-intervencao/>> Acesso em 07 de out. de 2018.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. 100p.
- COUTINHO, Iluska M. S.; PEREIRA, Allan G. Entre emissoras públicas e privadas: considerações teóricas sobre disputas de informação. **Libero**, São Paulo, ano XVIII, nº 35, p. 45-54, jan. – jun. 2015.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Narrativa histórica e memória social: memória e identidade, história e narração. Entrevista concedida ao curso de Pedagogia da Unesp em jul. 2009. **Canal Univesp**, 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=GYISTcaqIC0>>. Acesso em 3 de jun. de 2018.
- GARCÊZ, Regiane L. de Oliveira; AGGIO, Camilo de Oliveira. Comunicação Pública, movimentos sociais e perspectiva sistêmica: quem fala em nome de quem nas redes sociais?. In MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; LIMA, Fábila Pereira (Orgs.). **Comunicação Organizacional: Vertentes conceituais e metodológicas vol. 2**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2017. p. 171-185.
- GRUPO GLOBO. **Princípios Editoriais do Grupo Globo**, 11 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>> Acesso em 07 de out. de 2018.
- HOLTZHAUSEN, Derina R. **Public Relations as Activism: Postmodern Approaches to Theory & Practice**. Nova Iorque: Routledge, 2014. 268 p.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 553 p.
- LEMOS, Else. **A Era pós-disciplinar e o ambiente contemporâneo de relações públicas**: cosmovisão ampliada da disciplina. São Paulo, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2017. 193 p.
- MAGALHÃES, Marionilde D. B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 17, nº 34, São Paulo, 1997.
- MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Teoria da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2013. 286 p.
- MAUAD, Ana Maria; DUMAS, Fernando. Fontes Oraís e Visuais na Pesquisa Histórica. In ALMEIDA, Juniele R. de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 81-95.
- PRADO, Amanda; LANNOY, Carlos; MARTINS, Marco. Defensoria apura denúncias contra militares do Exército durante operação no Complexo do Alemão. **G1**, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/22/defensoria-apura-denuncias-contramilitares-do-exercito-durante-operacao-no-complexo-do-alemao.ghtml>> Acesso em 07 de out. de 2018.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 160 p.
- SILVA, Rene. Nossa história. **Voz das Comunidades**, 05 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.vozdascomunidades.com.br/geral/nossa-historia/>> Acesso em 07 de out. de 2018.

_____. Surgimos há 10 anos para mostrar o que a grande mídia não mostrava. **Voz das Comunidades**, 26 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/surgimos-ha-10-anos-para-mostrar-o-que-a-grande-midia-nao-mostrava/>> Acesso em 07 de out. de 2018.

TEIXEIRA, Ana Maria S. O papel da mídia na guerra ao terror: o caso da suspeita terrorista na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai. **Século XXI**, Porto Alegre, v.5, nº 2, p. 53 - 77, dez. 2014.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **Relações Públicas**: Opção pelo cidadão. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. 70p.